

Gritos da comunidade surda – identidade social em questão

Shouts from the deaf community – social identity in question

Gritos de la comunidad sorda: la identidad social en cuestión

Fabiana Oliveira do Couto Silva
Universidade Estácio de Sá
fabianaoliveira1977@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5218-4313>

Claudia Helena Azevedo Alvarenga
Universidade Estácio de Sá
alvarengacha@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6984-6069>

RESUMO

O artigo examina os discursos de autoras surdas e autores ouvintes identificados com a comunidade surda, que buscam definir as características que forjam a identidade e o universo surdos. A identidade surda foi historicamente constituída com base na patologização, condicionando o surdo a ser reconhecido como incapaz de realizar atividades comuns aos ouvintes, por não se comunicarem oralmente. Para tanto, apresenta-se a retórica como método de análise dos discursos, fundamentada nos autores Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, que formularam a Teoria da Argumentação no movimento Nova Retórica. O exame dos esquemas argumentativos expõe o que é admitido ou não pelos grupos. No que concerne à constituição identitária, os raciocínios se fundamentam, em grande parte, pela ligação de coexistência. Em suma, a análise retórica possibilita afirmar que, independentemente de integrarem uma minoria linguística, os discursos surdos apresentam a diversidade da comunidade surda.

Palavras-chave: Cultura surda. Universo surdo. Teoria da argumentação. Retórica. Psicologia Social.

ABSTRACT

The article examines the discourses of deaf authors and hearing authors identified with the deaf community who seek to define the characteristics that forge the deaf identity and universe. The deaf identity has historically been constituted on the basis of pathologization, conditioning the deaf to be recognized as unable to perform activities common to listeners, because they do not communicate orally. For this, we present the rhetoric as a method of discourse analysis, based on the authors Chaïm Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca who formulated the Theory of Argumentation in the New Rhetoric movement. The examination of argumentative schemas exposes what is admitted or not by groups. As far as identity constitution is concerned, the reasoning is largely based on relations of coexistence. In short, the rhetorical analysis allows us to state that, regardless of integrating a linguistic minority, the deaf discourses present the diversity of the deaf community.

Keywords: *Deaf culture. Deaf identity. Theory of argumentation. Rhetoric. Social Psychology.*

RESUMEN

El artículo examina los discursos de autores sordos y autores oyentes identificados con la comunidad sorda que buscan definir las características que forjan la identidad y el universo sordo. La identidad sorda se constituyó históricamente a partir del campo clínico, basado en la patologización, condicionando a los sordos a ser reconocidos como incapaces de realizar actividades comunes a los oyentes por no comunicarse oralmente. Para ello, se presenta la retórica como método de análisis del discurso, a partir de los autores Chaim Perelman y Lucie Olbrechts-Tyteca, que formularon la Teoría de la Argumentación en el movimiento de la Nueva Retórica. El examen de los esquemas argumentativos expone lo que admiten o no los grupos. En cuanto a la constitución de la identidad, el razonamiento se basa en gran medida en los enlaces de coexistencia. En definitiva, el análisis retórico permite afirmar que, al margen de integrar una minoría lingüística, los discursos sordos presentan la diversidad de la comunidad sorda.

Palabras clave: *Cultura sorda. Universo sordo. Teoría de la argumentación. Retórica. Psicología social.*

Introdução

A sociabilização dos surdos é marcada por uma trajetória de luta que perpassa as relações sociais, incluindo o campo legislativo, em que se legitimaram o reconhecimento dos direitos e potencialidades das pessoas surdas enquanto cidadãos. Os marcos legais vigentes gradativamente contribuem para fomentar e ampliar as discussões acerca da educação e inclusão de pessoas surdas em todos os setores da sociedade.

No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), abriu-se uma oportunidade ampla para a garantia de direito à educação no país e a garantia da inclusão social de pessoas com necessidades específicas. Isso marcou o início de uma nova caminhada na conquista de direitos como cidadão, favorecendo o afluxo de bens e serviços a todos (art. 227), o acesso à educação na rede regular de ensino (art. 207) e à assistência social para atendimento geral à população.

Na área legislativa, outros avanços aconteceram para atender a diversidade, especificamente do universo surdo, especialmente com a Lei n.º 10.436 (BRASIL, 2002), que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, apresentando novas possibilidades para as pessoas com surdez. Essa lei pode ser considerada um marco para a visibilidade e educação dos surdos por reconhecer a legitimidade da Libras junto à comunidade surda.

Embora o respeito à cidadania do indivíduo seja inegável e os êxitos no campo legal busquem reconfigurar o posicionamento dos surdos na sociedade, o distanciamento existente entre os universos surdo e ouvinte ainda é uma realidade. Isso repercute para as relações sociais que envolvem interações desde a infância e na escola, interferindo no desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem e na própria inclusão do surdo em diferentes registros da sociedade.

Inúmeros autores (BUENO, 1998; GOLDFELD, 2002; PERLIN, 2016; SKLIAR, 2016; STROBEL, 2007) debatem há décadas os impasses e dificuldades na paridade das identidades surda e ouvinte. Nessa perspectiva, a cultura surda, considerada minoritária, deixa de ocupar o devido espaço na vida social. Essa situação fica agravada no contexto de um processo histórico, situado, em parte, no campo da comunicação e sua obstrução, uma vez que os referentes concernem ao universo ouvinte.

Recordando brevemente esse processo histórico, Goldfeld (2002), de início, esclarece que para fins de educação da pessoa surda prevaleceu o oralismo, que preconiza o desenvolvimento do surdo pelo ensino do português, valorizando a linguagem oral para efeitos de educação e desenvolvimento dos surdos, entendendo que a socialização ocorre por meios e métodos de caráter oralista (domínio de regras da língua portuguesa e capacidade de expressar-se oralmente). Porém, como afirma a autora, a linguagem oral se mostrou insuficiente para as necessidades da população surda. “No momento em que a língua de sinais passou a ser mais difundida, os surdos tiveram mais condições de desenvolvimento intelectual, profissional e social” (GOLDFELD, 2002, p. 38).

Outra proposta filosófica e educacional – Comunicação Total – reconhece o uso de todas as ferramentas linguísticas para uma comunicação efetiva. Assim, para a Comunicação Total, tanto a linguagem oral quanto a de sinais têm valor e equivalência para os fins de tornar a comunicação eficaz entre surdos e ouvintes, e entre surdos e surdos. Nesta proposta, o objetivo é reduzir os entraves da comunicabilidade. É notório que a proposta da Comunicação Total avança sobre a abordagem oralista, conforme sustenta Goldfeld (2002). No entanto, a crítica se faz pelo fato de a língua de sinais não ocupar ainda um espaço satisfatório, por criar alguns artifícios que podem dificultar a comunicação entre surdos que conhecem diferentes códigos de sinais. Por fim, o bilinguismo, como filosofia educativa, concebe que “os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua próprias” (GOLDFELD, 2002, p. 43).

Essa sumária revisão do que se diz ser o problema do uso do idioma pelos surdos, interessa-nos enquanto trata da possibilidade de expressão e comunicação. A comunicação social possibilita a construção de representações de si mesmo e do outro, a identificação com o que se diz próprio de uma cultura e a elaboração dos sentimentos de pertença no mundo. Normas, valores, papéis sociais e expectativas modulam a maneira como as pessoas se comportam e se apresentam em diferentes contextos. As interações com o ambiente social e cultural influenciam a maneira como a identidade e os movimentos de pertencimento se apresentam e se expressam, o que se articula com os processos de categorização social pela diferenciação e identificação com outros grupos (DESCHAMPS; MOLINER, 2009).

Dessa maneira, considerando a identidade e a cultura surdas, este artigo visa examinar esse debate, concedendo voz para os autores imersos na comunidade surda. Propõe-se analisar em uma seção específica os argumentos de duas autoras surdas, Perlin e Strobel, a partir dos raciocínios que elas apresentam para definir o que se diz ser característico da cultura, da identidade e do universo surdo. A análise retórica dos discursos, fundamentada na Teoria da Argumentação, visa apreender o que se considera persuasivo na interlocução (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Assim, apresentamos os esquemas argumentativos que se apresentam na voz das oradoras surdas que os avaliam adequados para mobilizar as convicções de interlocutores ouvintes neste debate, expondo o que é admitido ou não pela comunidade surda.

Retórica

A retórica foi constituída na Grécia antiga por sofistas, especialistas da arte política, sendo sistematizada no século V a.C. por Aristóteles, devido à necessidade de formação de pessoas para argumentar nas assembleias e tribunais, considerando as questões de persuasão e influência, atualmente estudadas no campo psicossocial (MAZZOTTI; ALVES-MAZZOTTI, 2010). A retórica foi restabelecida no movimento Nova Retórica, com a publicação do *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, na década de 1950, ao recuperar a noção, já presente em Aristóteles, de que “a situação retórica é essencialmente social e que o discurso é sempre instituído no grupo, mesmo quando este não está totalmente presente na situação” (MAZZOTTI; ALVES-MAZZOTTI, 2010, p. 75). Assim, na perspectiva retórica, a necessidade de argumentar decorre das interações entre os indivíduos, e a comunicação só é efetivada

quando os envolvidos têm a oportunidade de falar e de serem ouvidos. A situação retórica diz respeito às práticas comunicativas nas quais os interlocutores expõem suas concepções de mundo e como apreendem a realidade e seus significados.

Para este artigo, a análise retórica possibilita interpretar os argumentos com base nos esquemas do pensamento e no modo como expressam seus raciocínios, expondo as crenças, os valores e as verdades, contribuindo para o conhecimento do que se diz constituir a identidade surda.

Segundo Mazzotti (2012, p. 169), “toda e qualquer comunicação humana sustenta-se na relação retórica, mesmo as que parecem distantes de seus gêneros”, considerando o gênero epidíctico (o que se considera preferível, desejável), o gênero judicial (acusação ou defesa) ou o gênero deliberativo (tomada de decisão) – todos têm o mesmo objetivo: persuadir o seu auditório, ou seja, influenciar.

A retórica, como ciência da comunicação, apoia-se na tríade aristotélica *ethos-pathos-logos*, resgatada e ampliada na obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), e renomeada orador-auditório-argumento, respectivamente. Os atos da comunicação não se realizam sem um dos três elementos. Ainda assim, os autores enfatizam a força do auditório como parte dessa tríade, sem o qual não é possível efetivar a comunicação. O auditório, sendo uma construção do orador, consiste naquele a quem o orador se dirige para estabelecer o contato, pois argumentar demanda considerar a anuência do auditório. O orador (*ethos*) precisa, então, adaptar-se ao auditório (*pathos*) que ele aspira atingir, por meio de um discurso (*logos*) que considere os objetos de acordo entre ambos. O acordo prévio (objetos de acordo) estabelece os pontos de partida da comunicação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005; MAZZOTTI, 2012).

Assim sendo, podemos afirmar que por meio da linguagem de sinais (Libras), é possível haver maior interação entre os indivíduos na comunidade surda. Por isso, a necessidade de o discurso ser adaptado para atender às pessoas surdas. Tais reflexões remetem, ainda, a um exemplo fornecido por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), também mencionado por Mazzotti e Oliveira (1999), acerca do diálogo entre a personagem Alice e o papagaio na clássica fábula de Lewis Carroll. A menina (orador) deseja estabelecer contato com o papagaio (auditório) e insiste em perguntar a idade do papagaio (argumento). Entretanto, o papagaio não consegue atribuir relevância ou significado à pergunta e, desse modo, se recusa a responder, encerrando a conversa. Isso expõe que o universo de pessoas com as quais desejamos alguma interação pode ser

bastante diverso. Daí a necessidade de o orador considerar que o seu desejo de se comunicar não é suficiente; é necessário conhecer a quem se dirige o discurso, estabelecendo as bases para o início de uma situação dialógica (retórica).

No exemplo de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), os interlocutores falam o mesmo idioma e conseguem ouvir as palavras que lhe são dirigidas. Entretanto, em relação ao indivíduo surdo e à pessoa ouvinte, em princípio, a comunicação não aconteceria. Existe uma incompatibilidade entre a comunicação dos interlocutores ouvinte e surdo na situação de orador-auditório, pois dificilmente o surdo, como minoria, tem como adaptar-se ao auditório de ouvintes, não conseguindo estabelecer uma interação, por não “ouvir” sons produzidos pela voz. Isto não significa que se recusam à comunicação, sendo capazes de “ouvir” em um sentido mais amplo para estabelecer o diálogo e participar do convívio social, desde que outras possibilidades e modalidades linguísticas sejam reconhecidas e ofertadas.

Ainda considerando a questão da comunicabilidade, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam que todo processo argumentativo se desenvolve a partir de premissas que podem ser a preparação para o raciocínio do ouvinte. Este, na condição de auditório, dá ou não assentimento a tais premissas, dependendo do que o orador considere objeto de comum acordo. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 577) igualmente sustentam que, nas práticas comunicativas, é fato que “[...] homens e grupos de homens aderem a toda espécie de opiniões com uma intensidade variável, que só é conhecida quando posta à prova”. Nesse sentido, a análise retórica se faz pertinente para identificar as afiliações sociais, expor os valores em disputa e apresentar as polêmicas no que se diz constituir a realidade para os diferentes atores sociais, uma vez que visa apresentar o raciocínio persuasivo por meio de um discurso contextualizado e significativo para o auditório. Mazzotti e Alves-Mazzotti (2010) reforçam que o estudo das técnicas retóricas possibilita a análise e a construção de argumentos em uma determinada situação social ou particular, buscando produzir conhecimentos.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) organizam as técnicas argumentativas em dois grandes esquemas: (1) os que ligam partes do discurso – transferem o raciocínio que serve de base no discurso para a conclusão; (2) os que dissociam uma noção – partem do princípio da ruptura e da separação de partes do discurso. Independentemente da técnica utilizada, ambas pretendem persuadir o auditório, ao apresentar a legitimidade do que afirma para engajar o interlocutor. Conforme os autores, “as duas técnicas são

complementares e sempre operam conjuntamente; mas a argumentação que promove a modificação do dado pode enfatizar a ligação ou a dissociação que está favorecendo, sem explicitar o aspecto complementar que resultará da transformação buscada” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 215).

As técnicas de ligação e dissociação serão apresentadas em conjunto com os argumentos selecionados para análise. Sendo assim, examinamos os raciocínios pelos quais as narrativas acerca de identidade aparecem na perspectiva retórica, destacando os relatos recorrentes e duradouros a respeito de identidade surda no senso comum, refutados por autores identificados com a comunidade surda. Mais adiante, seguimos para a análise de trechos selecionados das autoras Perlin (2016) e Strobel (2007).

Identidade e argumentação

Considerando a abordagem retórica, é possível afirmar que grande parte dos raciocínios que caracterizam a formação identitária se assentam em ligações de coexistência, categorizados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) em argumentos baseados na estrutura do real, uma vez que se fundamentam nas experiências cotidianas dos sujeitos. Os autores definem a ligação de coexistência pela relação que se estabelece entre uma essência e suas manifestações e, por extensão, entre uma pessoa e seus atos. Essas relações entre fenômenos como manifestações de uma essência, atos como expressão da pessoa ou qualidades como representativas de objetos garantem uma certa estabilidade na categorização de objetos e pessoas, e no mapeamento do entorno social.

O que se identifica ou se rejeita como típico da pessoa ou da essência expõe uma tendência do pensamento a buscar essa estabilidade, o que é naturalmente construído por oradores e auditórios nas interações humanas, e constitui a própria gênese da concepção de identidade pessoal e social. Nesse sentido, é plausível afirmar que por meio da argumentação a identidade se constitui e se (re)configura, ou seja, a identidade é um constructo retórico, visto que os atores sociais afirmam o que seus grupos de pertença são ou não, bem como os demais grupos. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 338), “em nossa concepção habitual, um ato é, mais do que um indício, um elemento que permite construir e reconstruir nossa imagem da pessoa, classificar esta em categorias às quais se aplicam certas qualificações [...]”, o que corrobora que as identidades sociais se constituem e são constituídas na trama das interações sociais.

Por essa via, é plausível afirmar que o reconhecimento da Libras pela Lei n.º 10.436 (BRASIL, 2002) ultrapassa o aspecto legal, com um desdobramento psicológico para a comunidade surda. Uma língua comum permite o compartilhamento de narrativas, a negociação de diferenças e (co)participação na rede de pertencimentos sociais, fortalecendo os sentimentos de comunhão próprios da constituição das identidades.

Na temática da surdez, a formação identitária é influenciada por diferentes representações, que sinalizam um embate entre as representações dos membros de dentro (endogrupo) e de fora (exogrupo) do grupo, surdos e ouvintes. Conforme Skliar (2016, p. 9), as representações de surdez, forjadas na cultura ouvinte, “não podem ser facilmente delimitadas ou distribuídas em ‘modelos sobre a surdez’”, uma vez que se baseiam em estereótipos de perspectivas clínicas ou socioantropológicas. O surdo ainda é identificado como o indivíduo que não consegue ouvir, como se fosse uma incapacidade que parece se estender para as demais competências e habilidades. O fracasso na comunicação se estende para o fracasso na educação dos surdos, que envolve, entre outras razões, a falta de conhecimento dos ouvintes acerca dos direitos e das condições cognitivas da comunidade surda.

Bueno (1998) explica que a surdez não é uma doença, embora seja uma condição inerentemente desfavorável. O autor complementa que é necessário olhar além dos efeitos diretos da perda auditiva para mudar essa perspectiva, e considerar de maneira mais ampla as implicações causadas pela surdez, bem como os desdobramentos decorrentes das interações sociais.

No modelo estereotipado em que a surdez como essência se manifesta pela ausência de atos da escuta e muitas vezes da fala, o viés do senso comum aponta para a estratificação da identidade do surdo concebida a partir da questão fisiológica. Assim, o surdo é percebido no senso comum do universo ouvinte como limitado e incapaz por carecer de um dos sentidos humanos.

As ligações de coexistência, como esquema argumentativo ou raciocínio que explica os argumentos de identificação e identidade, convergem com os processos psicológicos de constituição identitária que perpassam os mecanismos de categorização social. Segundo Deschamps e Moliner (2009), esses mecanismos, sincronicamente, tratam de elaborar as categorias e utilizá-las para apreender o ambiente, (re)agrupando o que é semelhante e diferente. A categorização permite conhecer os objetos/pessoas e, enquanto sistematiza o ambiente, possibilitando uma percepção de controle sobre a realidade,

resulta em simplificação (estereótipos). O estereótipo é tradicionalmente descrito como “conjuntos de crenças relativas às características de um grupo” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 33).

No contexto da categorização social, Deschamps e Moliner (2009) ainda afirmam que os sujeitos estão imersos em uma complexa rede de categorias, na qual são, simultaneamente, sujeitos que categorizam e objetos categorizados. O processo de estereotipia desempenha uma dupla função: conhecer e avaliar. Os julgamentos baseados nas simplificações que um grupo faz de outro propiciam as avaliações negativas, conduzindo à discriminação.

Esses mecanismos psicossociais, fundados na ligação de coexistência como esquema do pensamento, remetem igualmente ao fenômeno da atribuição na psicologia social, definido como um “processo que consiste em emitir um julgamento sobre um indivíduo a partir de seus comportamentos diretamente perceptíveis, e inferir sobre o estado de uma pessoa a partir da percepção direta que se tem dela” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 57). Segundo os autores, a atribuição não é um fenômeno específico das relações interindividuais, mas se transfere para as relações intergrupais, conforme os membros se considerem a si mesmos e o outro na relação endogrupo/exogrupo.

Na teoria da atribuição social, os membros de um grupo tendem a atribuir as conquistas e os êxitos do endogrupo a causas internas, por exemplo, às habilidades de seus membros. Por outro lado, os sucessos de membros do exogrupo são relacionados a um contexto favorável, isto é, a causas externas, e não decorrentes da competência de seus membros. No campo inverso se situam os fracassos, atribuídos a razões externas quando se trata de uma derrota do grupo de pertença (endogrupo) e a causas internas quando ocorre no exogrupo (DESCHAMPS; MOLINER, 2009).

A partir das ponderações anteriores, no contexto psicossocial, é plausível supor que a persistência do estigma da incapacidade imputado aos surdos possa ser explicada pela teoria da atribuição social. O discurso ouvinte, ao tomar o universo de ouvintes como referente (endogrupo), consolida o oralismo como norma da comunicação e expressão, e os fracassos do surdo são atribuídos a causas internas, inerentes à condição da pessoa surda. Isso naturaliza o ambiente social do ouvinte como regra que estabelece o “normal”, e que não reconhece os recursos ausentes, mas necessários para que a cultura surda tenha espaço de expressão.

Para Skliar (2016, p. 27-28), é necessário compreender que os surdos:

[...] têm o direito de se desenvolverem numa comunidade de pares, e de construírem estratégias de identificação no marco de um processo sócio-histórico não fragmentado, nem cercado. [...] Refiro-me, sim, a uma política de identidades surdas, onde questões ligadas à raça, à etnia, ao gênero, etc., sejam também entendidas como “identidades surdas”; identidades que são, necessariamente, híbridas e estão em constante processo de transição.

Sendo assim, o surdo, considerado incapaz, não deve ser normalizado para atender às características da sociedade ouvinte. Moura (1996, p. 123-124 *apud* Bueno, 1998) ainda acrescenta que “ser membro da Comunidade Surda significa identificação com os surdos, ter compartilhado experiências de ser Surdo e participar das atividades da comunidade”. A comunidade surda é formada por todas as pessoas, ouvintes ou não, que convivem socialmente com os surdos, identificam-se e comunicam-se com eles, seja na família, no trabalho ou na escola.

Gritos da comunidade surda – Análise Retórica

Nesta seção, examinamos os argumentos de longa duração calcados no senso comum acerca da representação de surdez e os contra-argumentos de duas autoras surdas, Perlin e Strobel, identificadas com o universo surdo. Os litígios expõem valores e suas hierarquias e o que se diz preferível ser ou realizar em dado contexto social.

Perlin (2016), assim como Skliar (2016), afirma que as representações a respeito de surdez são construídas desde cedo na família, e perpassam pela vida escolar da criança surda, a partir da prevalência da opinião do médico e dos profissionais de saúde em geral. Nesse cenário, é possível identificar traços negativos de patologização, do modo como as pessoas concebem os surdos, diferenças que são fundamentalmente categorizadas a partir da predominância da medicalização. “Na família, a desinformação sobre o surdo é total e geralmente o que predomina é a opinião do médico, e as clínicas de fonoaudiologia reproduzem uma ideologia contra a diferença” (PERLIN, 2016, p. 68).

Segundo a autora, a representação hegemônica é a da deficiência, que leva como marca a narrativa de um corpo mutilado. O dano físico permanente interfere na representação que se tem do surdo, por deslizar, como atributo, para as capacidades intelectuais na representação do senso comum. “O surdo tem diferença e não deficiência” (PERLIN, 2016, p. 56), uma diferença concebida como diversidade, pois no universo surdo,

existem outras diferenças que fazem com que esse grupo seja mais heterogêneo do que se imagina, por existirem surdos que nasceram ouvintes, surdos filhos de pais surdos, surdos filhos de pais ouvintes, surdos com outras deficiências.

Perlin (2016) ainda evoca a crença colocada na referência de que a norma para as pessoas é falar e ouvir. Diante do fato de que a fala e a escuta estabelecem o costume e o padrão para a comunicação humana, o surdo, por não ter possibilidade de se exprimir nessa modalidade, fica reduzido a uma condição sub-humana, assemelhado a um bárbaro. Isso muitas vezes fica evidenciado nos mais tenros processos de socialização dos surdos, iniciados na família e na escola, que priorizam a habilitação do surdo pela oralização. Segundo Perlin (2016), essas concepções têm desdobramentos, por consolidarem relações de poder, em que os ouvintes consideram os surdos menos capazes, inferiorizando-os. Isso conduz a população surda a uma situação de marginalização social, que pode ser evidenciada em diversos âmbitos, como no acesso limitado à educação, ao emprego, aos serviços de saúde e à inclusão social em geral. A subestimação da capacidade dos surdos é uma forma de discriminação que perpetua as desigualdades sociais e impede o desenvolvimento pleno da comunidade surda.

Na perspectiva da argumentação, esse cenário expõe um raciocínio apoiado em um silogismo retórico, ou entimema. “O entimema sustenta-se em signos para encaminhar uma decisão, mas também utiliza exemplos, alguns poucos, para estabelecer uma regra, inferir o que se considera comum ou universal, tal como uma indução bem constituída” (MAZZOTTI, 2012, p. 172). Aqui, os atos da escuta e da fala constituem os signos para identificar o que nos humaniza e nos diferencia dos selvagens. A inferência se faz pela ligação de duas proposições ou premissas.

Quadro 1 - Estrutura silogística - Entimema

Premissa maior	se os atos da escuta e da fala permitem a socialização humana
Premissa menor	se os surdos não conseguem utilizar esses meios para se comunicar
Conclusão	Então, os surdos se distanciam daquilo que se considera humano e civilizado

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Nesse silogismo, cujo esquema argumentativo se sustenta em uma relação de causa-efeito, o equívoco, como implícito, é conceber que a linguagem se restringe aos padrões da escuta e da fala do universo ouvinte e a linguagem gestual-visual é uma língua

rude, pouco evoluída e sem refinamento, visto que é estranha e não compreendida pelo universo e cultura ouvintes.

Assim, a norma estabelecida pelas modalidades de comunicação do universo ouvinte prescreve uma hierarquia da oralização em detrimento da linguagem gestual-visual, por ser a mais habitual do universo ouvinte, interpretada pela cultura surda como ideologia opressora do grupo surdo. Essa categorização que ordena as linguagens se estende para a hierarquização dos auditórios – o auditório ouvinte sobre o auditório surdo, convergindo para a afirmação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 526): “a superioridade da norma sobre o normal seria correlativa àquela de um auditório sobre um outro [...]”

A hierarquização de termos de toda espécie face às disputas entre grupos evidencia outro raciocínio: a dissociação de noção. A dissociação de noção tende a separar os termos do discurso para desvelar incompatibilidades a partir de uma noção unitária, afastando o que é concebido como verdadeiro e autêntico do que é considerado duvidoso. A dissociação se apresenta por pares filosóficos: aparência (termo 1)/realidade (termo 2). “Enquanto as aparências podem opor-se, o real é coerente: sua elaboração terá como efeito dissociar, entre as aparências, as que são enganosas das que correspondem ao real” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 472). O termo 2 apresenta as qualidades consideradas superiores, manifestando o que se considera preferível pelo orador que apresenta a noção dissociada.

Dessa maneira, é possível expor uma sequência de noções dissociadas. Em nossa análise, a noção dissociada que fundamenta o leque de dissociações é a noção *pessoa*. Para caracterizar a pessoa plena com suas características ditas autênticas, separam-se as qualidades que se consideram inerentes à pessoa e distintivas da identidade humana das que não são. As qualidades que definem o desejável se situam no termo 2 (realidade), enquanto os atributos considerados desfavoráveis, na voz de quem os enuncia, ficam listados no termo 1 (aparente e enganoso). Nesse sentido, os atributos relacionados à surdez, concebidos no campo da patologia e da deficiência como inferiores na cultura ouvinte, são desvalorizados, e operam a propulsão do leque de dissociações que emergem a partir das qualidades hierarquizadas:

Quadro 2 - Noções dissociadas e os termos 1 e 2 das dissociações no senso comum da cultura ouvinte

Noção	Pessoa	Cultura	Linguagem	Língua
Termo 1 Aparência	Pessoa surda/incapaz/ incompleta/rude	Cultura surda/ limitada	Gestual-visual	Libras

Termo 2 Realidade	Pessoa ouvinte/capaz/plena/ educada	Cultura ouvinte/ polivalente	Oral	Português
------------------------------	--	---------------------------------	------	-----------

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Como mencionado anteriormente, os elementos no termo 2 expõem o que se considera desejável na perspectiva do universo ouvinte. Portanto, ao termo 1 faltam as qualidades plenas, o que significa afirmar que algo ou alguém não atende completamente às expectativas, ou aos padrões desejados na perspectiva do orador que argumenta apresentando a dissociação.

A análise anterior é congruente com a declaração de Strobel (2007), quando afirma que a mais difícil das situações de suportar no decorrer da história dos surdos é a de desconsiderar a sua identidade, tentando igualá-los aos ouvintes. “[...] Quanto mais manifestações de que para os surdos é importante falar para serem aceitos na sociedade, mais eles ficam nas próprias sombras, com medos, angústias e ansiedades” (STROBEL, 2007, p. 27). Desse modo, Strobel expõe que o insuportável durante tantos anos é a negação da identidade surda.

Seguimos com outro trecho de Strobel (2007), que apresenta uma metáfora para reiterar o que é a identidade surda. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 453), a metáfora é um argumento que liga elementos do discurso e estrutura o real, estabelecendo “uma mudança bem sucedida de significação de uma palavra ou locução”. Essa mudança de significados ocorre entre elementos de espécies ou gêneros diferentes, estabelecendo relação entre o que é conhecido do grupo, que define os significados de algo familiar ao grupo (*foro*), para o que se deseja definir ou o que está em debate e que se quer argumentar (*tema*).

Dessa maneira, examinamos a metáfora utilizada pela autora para definir a pessoa surda (*tema*) em contraponto à representação de identidade surda no senso comum da cultura ouvinte. “Existe um tipo de ‘jogo de espelhos’ nas representações do surdo” (STROBEL, 2007, p. 19). Essa metáfora quer situar a pessoa surda, definindo sua identidade na conjuntura social. Para tanto, faz uma analogia com o objeto espelho, que reflete a imagem de si. Entretanto, na definição de Strobel (2007), os espelhos são muitos, ou seja, o que se reflete é múltiplo, plural, não sendo possível capturar uma concepção unívoca do que identificaria a pessoa surda e seu universo, evidenciando a heterogeneidade do grupo. A analogia ainda se completa com a palavra “jogo”. No caso, um

jogo de espelhos revela ainda a noção de certa confusão, pois as imagens refletidas em cópias multiplicadas podem confundir o observador, não sendo possível identificar o que se diz original, e que deu origem ao múltiplo. Nesse sentido, os significados conhecidos e selecionados do foro *jogo de espelhos* se transferem para definir a identidade e o universo surdo. O foro afirma que a identidade surda (*tema*) apresenta diferentes faces, dependendo do lugar que o mesmo ocupa. Assim, o efeito visual que se produz com um jogo de espelhos estabelece os significados, o que se considera desejável ser, instituindo o real para a comunidade surda. Esses significados estabelecem os atributos que se deslocam para explicar quem é a pessoa surda (*tema*) conforme um membro do grupo surdo (endogrupo).

Essa metáfora, conforme Strobel (2007), também faz referência aos surdos que ficaram famosos, mas que tiveram suas identidades surdas ocultadas ou mascaradas em determinados contextos históricos e sociais. Por exemplo, Thomas Edison – inventor da luz elétrica –, Lou Ferrigno – ator que interpretava “O incrível Hulk” –, ambos surdos, entre outras pessoas. Nessa perspectiva, outro aspecto, cujos significados podem ser explorados com essa metáfora, referem-se às razões psicossociais dessa ocultação. É plausível conjecturar que o mascaramento das identidades surdas de famosos se insira na dinâmica das representações identitárias, que conjugam a identidade pessoal na relação com a identidade social, considerando que “a comparação de si mesmo *versus* endogrupo pode levar o indivíduo a perceber-se como muito diferente dos membros do seu próprio grupo [...]” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 98).

De acordo com Moura (2000, p. 119), os surdos apresentam dificuldades em viver normalmente no meio dos ouvintes: “constato que a maioria destes surdos tenta desesperadamente se comportar como se não fossem surdos e sim surdos-falantes, e melhor ainda seria se pudessem ser reconhecidos como ouvintes, pois, na verdade assim desejam se considerar”. Sendo assim, muitos surdos não aceitam a sua condição fisiológica e os estereótipos associados à pessoa surda, e a ocultação da identidade surda é apenas um desdobramento natural na tentativa de se igualar aos ouvintes.

Nesse sentido, recordamos os estudos de Tajfel nos anos 1970-80, que destacam a necessidade que as pessoas têm de uma identidade pessoal e social positivas. É possível que o surdo, sendo famoso ou não, dissimule a sua condição para satisfazer essa necessidade e aspirar à mobilidade social. No entanto, essa questão teria que ser examinada com mais profundidade, uma vez que os sentimentos de pertença e identidade

decorrentes das representações identitárias estão sujeitos a variações e estão influenciados por múltiplas e complexas razões.

Considerações finais

A identidade social é constituída e estratificada nas situações retóricas e nas práticas comunicativas, em que os membros dos grupos expressam suas opiniões sobre si mesmos e seus grupos, bem como outros grupos. Negar a identidade de um grupo significa interditar a sua “voz”. Mesmo com a valorização da língua e da cultura surdas ocorrida nas últimas décadas, favorecida por dispositivos legais, permanece a representação estereotipada da identidade surda, subjugando as competências racionais, intelectuais e comunicativas desses atores sociais predominantemente à sua condição fisiológica. Dessa maneira, em amplo espectro, os surdos são considerados incapazes por não conseguirem se comunicar oralmente.

Ao examinar os argumentos de longa duração acerca da representação do universo surdo, a análise expôs que os raciocínios acerca do sentimento de pertença e de identificação se fundamentam predominantemente na ligação de coexistência. Esta técnica categoriza certas atitudes e manifestações como típicos de uma essência ou natureza, associando os atos à pessoa que os pratica.

A continuidade da análise retórica, ao evidenciar as manifestações associadas ao universo surdo pelo grupo ouvinte, igualmente expôs uma hierarquia de valores e condutas em que, no contexto do universo ouvinte, a comunicação é naturalmente oralizada, isto é, ocupa o topo da hierarquia de valores. Como consequência, o significado implícito de humanização e civilização fica atrelado à capacidade de falar e ouvir característicos do universo ouvinte. Assim, todos os atos diferentes e decorrentes da incapacidade de oralizar não têm prestígio social. O escalonamento de valores e condutas é seguido de uma sequência de noções dissociadas. A dissociação de noção é uma técnica argumentativa que divide uma noção unitária para estabelecer o que é considerado melhor ou pior na reivindicação de seus oradores. Dessa maneira, as noções *pessoa*, *cultura*, *linguagem* e *língua* são dissociadas em dois termos. O termo 2 estabelece a norma, os atributos desejáveis, o que se diz preferível na palavra dos oradores. Para o universo ouvinte, a Libras, como linguagem gestual-visual, e todos os aspectos que não convergem para uma comunicação oralizada são desqualificados, ocupando o termo 1 na dissociação. Essa desqualificação desliza para a pessoa surda, considerada incapaz e rude. Resvala,

também, para o conjunto de traços que se diz característico da cultura surda, expondo uma sequência ou um leque de dissociações.

A metáfora *jogo de espelhos* sustenta a pluralidade da cultura e universo surdos, enunciando também a dissimulação de pessoas surdas famosas que omitem o fato de serem surdas, o que não favorece o reposicionamento social do grupo surdo. A conjugação da análise retórica aos movimentos psicossociais de representação identitária estudados no âmbito da psicologia social sugere explicações considerando as teorias de atribuição social e de identidade social.

No Brasil, os surdos vêm, paulatinamente, ampliando seu espaço de participação na vida social por meio do reconhecimento legal de seus direitos, inclusive com a aprovação da Libras no ensino e na oferta de educação bilíngue. Ainda assim, as representações identitárias de longa duração promovem a desigualdade social entre os universos surdo e ouvinte, prejudicando a inclusão dos surdos em diferentes setores da sociedade.

Por fim, considerando a Teoria da Argumentação proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), aos surdos parece que ainda é indispensável ampliar a força de seus argumentos. O vigor da argumentação se apoia na capacidade de resistir aos contra-argumentos e refutações de um auditório, mas é necessário ir mais adiante. O argumento forte deve mobilizar o auditório na direção das convicções do orador, reconfigurando as tomadas de posição dos atores sociais e da sociedade em geral. Embora muitas objeções tenham sido superadas, o contexto social ainda apresenta adversidades, e os gritos da comunidade surda constituem o expediente que ecoa no movimento de persistência para persuadir o auditório ouvinte.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. **Diário Oficial da União**: 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, seção 1, p. 23, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

BUENO, José Geraldo S. Surdez, linguagem e cultura. **Cadernos Cedes**, Campinas-SP, v. 19,

n. 46, p. 41-54, set. 1998.

DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. **A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais.** Tradução: Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** São Paulo: Plexus Editora, 2002.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Falar para ensinar e persuadir a aprender. **Educação & Linguagem**, v. 15, n. 25, p. 155-179, jan.-jun. 2012.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha; ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Análise retórica na pesquisa em representação social. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; FUMES, Neiza L. F.; AGUIAR, Wanda M. J. (org.). **Estudos sobre a atividade docente: aspectos teóricos e metodológicos em questão.** São Paulo/Maceió: EDUC/EdUFAL, 2010. p. 71-88.

MAZZOTTI, Tarso B.; OLIVEIRA, José Renato. A retórica das teorias pedagógicas: uma introdução ao estudo da argumentação. **22^a. Reunião Anual da ANPEd GT – Filosofia da Educação**, 1999.

MOURA, Maria Cecília. **O surdo: caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro: Revinter/Fapesp, 2000.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação.** A nova retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 8^a ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 51-73.

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. Apresentação. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 8^a ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 5-32.

STROBEL, Karin Lilian. História dos Surdos: representações ‘mascaradas’ das identidades surdas. In: QUADROS, Ronice Muller; PERLIN, Gladis (org.). **Estudos Surdos II.** Petrópolis-RJ: Editora Arara Azul, 2007. p. 18-37.

Revisor de línguas e ABNT/APA: *Fernando Vugman*

Submetido em 09/11/2022

Aprovado em 20/12/2023

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)